

Gestão de Valter Albano consolida Plano Estratégico 2005/2011

Consolidação é a palavra chave para a gestão 2010/2011. Não se trata, porém, de se restringir à conclusão de projetos iniciados nas gestões anteriores ou mesmo de inibir ideias e propostas de inovação. Ao contrário, para consolidar o planejamento de 2005/2011 “será intensificado o ritmo das transformações culturais no Tribunal de Contas de Mato Grosso”, disse o conselheiro presidente Valter Albano, ao anunciar os 10 objetivos que integram o plano estratégico para o biênio.

(Pág. 4 e 5)

Mudanças no Aplic já vigoram

A Consultoria Técnica do TCE realizou alguns ajustes no leiaute das tabelas do Sistema de Auditoria Pública Informatizada de Contas (APLIC) e, com isso, informações extras passam a ser exigidas às unidades gestoras. A inclusão da estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos casos disciplinados pelo artigo nº 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é um exemplo dessas novas determinações.

(Pág. 3)



50ª MESA DIRETORA

O conselheiro Valter Albano assumiu a Presidência do TCE-MT para o biênio 2010/2011 no dia 4 de janeiro. Na mesma solenidade, os conselheiros Antonio Joaquim e José Carlos Novelli foram empossados nos cargos de vice-presidente e corregedor-geral.

(Pág. 3)

TCE determina a devolução de R\$ 7,7 milhões aos cofres públicos

(Pág. 6)

Aumenta procura pela Ouvidoria do Tribunal de Contas

(Pág. 6)



ARTIGO

AS SEIS FACES DA CORRUPÇÃO

(Pág. 7)

ORGANOGRAMA

MUDANÇAS FORTALECEM

ÁREA TÉCNICA

(Pág. 8)



Jaqueline Jacobsen, secretária Geral da Presidência


INSTRUMENTO DE CIDADANIA
CORPO DELIBERATIVO

PRESIDENTE

Valter Albano da Silva

VICE-PRESIDENTE

Antonio Joaquin

CORREGEDOR-GERAL

José Carlos Novelli

OUIVIDOR-GERAL

Alencar Soares Filho

CONSELHEIROS

Humberto Bosaipo
Waldir Júlio Teis
Campos Neto

AUDITORES SUBSTITUTOS DE CONSELHEIROS

Luiz Henrique Lima
Isaias Lopes da Cunha
Luiz Carlos Azevedo Costa Pereira
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

PROCURADOR-GERAL DE CONTAS

Gustavo Coelho Deschamps

PROCURADOR-GERAL SUBSTITUTO

Alisson Carvalho de Alencar

PROCURADORES DE CONTAS

Getúlio Velasco Moreira Filho
William de Almeida Brito Júnior
SECRETÁRIO DE GESTÃO
Flávio Vieira
EDIÇÃO

ACESSORIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO

COORDENAÇÃO: Dora Lemes

GERÊNCIA DE JORNALISMO: Américo Corrêa

EQUIPE: Alice Matos, Tábata Almeida e Juliana Scardua

GERÊNCIA DE COM. INTERNA: Janayna Cajueiro

 GERÊNCIA DE PUBLICIDADE: Rodrigo Canellas
EQUIPE: Doriane Miloch e Fabiane Mello

 FOTOGRAFIA: Marcos Bergamasco
(Agência Phocus)

PRODUÇÃO EDITORIAL

EDIÇÃO: Janayna Cajueiro

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: Doriane Miloch

 Tel.: (65) 3613-7561 / Fax: (65) 3613-7112
E-mail: imprensa@tce.mt.gov.br

 IMPRESSÃO: Gráfica Atalaia
TIRAGEM: 3.000 exemplares

PALAVRA DO PRESIDENTE

Ao ser empossado como presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso, no dia 4 de janeiro, disse que estava assumindo a missão de consolidar as melhorias já conquistadas pela instituição.

Disse, também, que tais avanços resultaram da capacidade empreendedora dos dirigentes, do profissionalismo e esforço dos servidores e da ação disciplinadora de um planejamento estratégico moldado na certeza de que, a razão de existir de uma instituição pública é a realização plena da sua finalidade.

Reafirmo o propósito de promover uma grande transformação cultural, realizando todas as ações necessárias, sejam elas de consolidação, sejam de inovação ou melhoria para que os objetivos estratégicos do Tribunal se concretizem no tempo planejado.

Os dez objetivos estratégicos definidos para o biênio 2010/2011 estão absolutamente focados na competência técnica da fiscalização, na coerência e justiça nos

nossos julgamentos. Esses princípios e valores precisam estar presentes nas nossas auditorias e decisões.

Queremos que o Tribunal de Contas seja reconhecido como uma instituição atuante e cumpridora das suas responsabilidades. Para alcançar esse propósito só temos um caminho a seguir: é imperioso aprimorar as ações do controle externo.

Temos um projeto consistente e pretendemos atuar em todos os sentidos para melhorar a qualidade das políticas públicas em nosso Estado. Estou confiante no empenho e participação de todas as pessoas que aqui trabalham, desde o mais humilde até o mais graduado servidor, para que esta instituição se torne cada vez mais eficiente e útil à sociedade mato-grossense.

Esse projeto será concretizado.

Conselheiro Valter Albano
Presidente do TCE-MT

[...] pretendemos atuar em todos os sentidos para melhorar a qualidade das políticas públicas em nosso Estado

Tribunal terá expediente ininterrupto das 8h às 18h

Para garantir o funcionamento ininterrupto das 8h às 18h, foi editada Portaria nº 01/2010, regulamentando o horário de expediente do Tribunal de Contas. A partir de 1º de março, a jornada de trabalho terá três escalas diferenciadas, com 40 horas sema-

nais cada, conforme previsto em legislação. A portaria também informa os setores que não poderão ter os serviços interrompidos e especifica que os servidores ocupantes de cargo em comissão estão enquadrados em regime de dedicação exclusiva.

Auditor substituto é eleito vice da Audicon

O auditor substituto de conselheiro do TCE-MT, Luiz Carlos Azevedo Costa Pereira, foi eleito vice-presidente da Associação Nacional dos Auditores (ministros e conselheiros-substitutos) dos Tribunais de Contas - Audicon. A

diretoria tem como presidente o auditor substituto de ministro do TCU Marcos Bemquerer Costa. O auditor substituto de conselheiro Luiz Henrique Lima, também do TCE-MT, foi eleito vice-presidente para a região Centro Oeste.

Auditor do TCE participa de programa da TV Justiça

O assessor técnico da Secretaria de Controle Externo de Atos de Pessoal do TCE-MT, Francisney Liberato Siqueira, participou do novo programa "Apostila", da TV Justiça do Supremo Tribunal Federal. Como o único convidado

de Mato Grosso, o auditor compôs a banca de participantes que formularam perguntas ao apresentador Cláudio Farag. O tema central do debate foi Direito Tributário. A gravação foi realizada em Brasília, no dia 7 de janeiro.

Compromissos dos Jurisdicionados em 2010

O TCE-MT está enviando aos gestores e técnicos da administração pública o Calendário de Compromissos dos Jurisdicionados 2010. A publicação traz observações relevantes para o gestor, como os prazos para a remessa de informações e documentos, assim como as datas para o cumprimento de normas legais impostas aos Poderes e órgãos constituídos. Os telefones úteis e demais canais de contato oferecidos pelo Tribunal também são informados. Neste ano, as ilustrações homenageiam o Kuarup, uma tradição dos povos do Xingu.



Triplifica número de obras cadastradas

Mais de 2,3 mil obras públicas foram cadastradas no Sistema Geo-Obras do Tribunal de Contas de Mato Grosso em 2009, um número três vezes maior ao registrado em 2008 (649). Como um instrumento de controle e monitoramento de obras públicas via satélite, o Geo-Obras foi implantado em julho de 2008 e possibilita ao cidadão mato-grossense acompanhar pela internet a execução de obras nos municípios e no Estado.

De acordo com a Secretaria de Controle Externo de Obras e Serviços de Engenharia do TCE (Secex-Obras), esse aumento é reflexo da compreensão dos gestores e do cidadão sobre a importância do Geo-Obras para a administração pública.

O relatório do TCE aponta que, até o final do ano passado, 40 obras em diferentes municípios mato-grossenses estavam paralisadas. O artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal preconiza que a administração pública deve concluir as obras inacabadas para, então, iniciar a construção de uma nova.

As informações das obras e serviços de engenharia disponibilizadas no Geo-Obras são cadastradas obrigatoriamente pelas próprias unidades gestoras, incluindo as paralisadas ou inacabadas. Esses dados estão disponíveis no Portal do Cidadão – www.tce.mt.gov.br – para consulta, bem como para o envio de denúncias online.

Mudanças no Sistema Aplic já vigoram

A Consultoria Técnica do TCE de Mato Grosso realizou alguns ajustes no leiaute das tabelas do Sistema de Auditoria Pública Informatizada de Contas (APLIC) e, com isso, informações extras passam a ser exigidas às unidades gestoras. A inclusão da estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos casos disciplinados pelo artigo nº 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é um exemplo dessas novas determinações.

Outra alteração consiste no controle de ressarcimentos aos cofres públicos – sejam eles determinados ou não pelos Tribunais de Contas. As devoluções agora devem ser informadas mensalmente. Os jurisdicionados também terão que detalhar as metas fiscais

e financeiras de cada ação governamental das peças de planejamento – Plano Plurianual (PPA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

ELENCO DE CONTAS – Para o exercício de 2010, o Tribunal de Contas ainda implantou ajustes na tabela interna “Elenco de Contas”. A mudança nas contas de receita e despesa se dá em consonância com a Portaria Conjunta nº 01/2009 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), assim como considera a intenção do TCE em adequar o elenco ao Plano de Contas do Governo Federal (SIAFI).

Todos esses ajustes estão disponíveis no link “Serviços – APLIC”, na página www.tce.mt.gov.br.



Conselheiro Valter Albano, em seu primeiro discurso como presidente do TCE-MT

Nova Mesa Diretora do TCE-MT é empossada

Autoridades, personalidades públicas, ex-conselheiros e servidores do Tribunal de Contas de Mato Grosso participaram da cerimônia de posse da 50ª Mesa Diretora da instituição, presidida pelo conselheiro Valter Albano no biênio 2010/2011. A solenidade foi realizada no dia 4 de janeiro, na Escola Superior de Contas.

Também foram empossados os conselheiros Antonio Joaquim e José Carlos Novelli nos cargos de vice-presidente e corregedor-geral, respectivamente. As auto-

“**Espero que a parceria entre governo e TCE continue, com o Tribunal nos orientando, prestando esclarecimentos.**”

SILVAL BARBOSA,
Governador do Estado
em exercício

“**O Tribunal de Contas ganha um administrador público altamente profissional à frente de sua presidência.**”

MARIANO TRAVASSOS,
desembargador presidente do
TJ-MT

ridades presentes, em seus discursos, enaltecem a capacidade técnica do novo presidente.

Em seu pronunciamento, o conselheiro Valter Albano disse se sentir honrado em presidir uma instituição encarregada pela Constituição da República de fiscalizar a gestão dos recursos públicos. Também destacou a relevância dos projetos executados pelas gestões que o antecederam. “Assumo o cargo com a missão de consolidar o planejamento estratégico que foi moldado numa única certeza: a razão de existir de uma instituição pública é a realização plena da sua finalidade”, enfatizou.

Valter Albano da Silva assumiu o cargo de conselheiro do TCE-MT em 27 de dezembro de 2001, por indicação do Poder Executivo. É graduado em Ciências Econômicas pela UFMT e tem três pós-graduações, sendo uma em Direito do Estado e Administração Pública com ênfase em Controle Externo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).



A solenidade foi prestigiada por autoridades e servidores

PLANO ESTRATÉGICO 2010-2011

Gestão de Valter Albano consolida



Presidente do TCE de Mato Grosso

Consolidação é a palavra chave para a gestão 2010/2011. Não se trata, porém, de se restringir à conclusão de projetos iniciados nas gestões anteriores ou mesmo de inibir ideias e propostas de inovação. Ao contrário, para consolidar o planejamento de 2005/2011 será intensificado o ritmo das mudanças culturais no Tribunal de Contas de Mato Grosso, disse o conselheiro presidente Valter Albano, ao anunciar os 10 objetivos que integram o plano estratégico para o biênio (veja quadro ao lado).

Segundo Albano, essa transformação cultural consiste na compreensão de que o Tribunal é uma instituição pública criada para cumprir determinadas tarefas necessárias ao funcionamento do Estado republicano. “Precisamos, para tanto, aprofundar a internalização do seguinte pressuposto: os nossos projetos e ações devem atender, primordialmente e pela ordem, o interesse da sociedade, o da instituição e o das pessoas que nela trabalham”. Albano acredita que, ao estabelecer essa hierarquia de valores na execução das suas atribuições, o TCE-MT se tornará uma instituição cada vez mais útil e concentrada na sua finalidade de auditar, apreciar e



Planejamento orienta e dá segurança aos líderes

Em fevereiro, o conselheiro presidente Valter Albano vai se reunir com líderes de diversos setores da instituição para detalhar as metas do Plano Estratégico 2010/2011 e as diretrizes de gestão voltadas a cada unidade. Estão programados três encontros, num diálogo direto com os servidores.

O Plano Estratégico foi publicado e distribuído aos servidores do Tribunal de Contas. O livreto traz a missão, visão, valores, objetivos macros e específicos, metas, perspectivas e ações que serão desenvolvidas pelas diversas áreas do TCE para que todo o plano seja convertido em

efetividade, qualidade e celeridade nos serviços prestados pela instituição.

A secretária-geral da Presidência do TCE, Jaqueline Jacobsen Marques, destaca que todo o plano, sacramentado no papel, e o subseqüente detalhamento em encontros diretos com o novo presidente, dão a orientação e a segurança necessárias aos líderes e servidores em geral para a execução das metas traçadas e o desempenho das tarefas reservadas a cada unidade.

Ela destaca que tanto a repercussão sobre a dimensão do Plano Estratégico para o biênio quanto as perspecti-

Planejamento

decidir com técnica, celeridade e justiça. Para ele, é preciso enaltecer a importância da participação e do empenho dos servidores na concretização das metas. “Do mesmo modo, é importante reforçar o entendimento de que as atitudes das pessoas e os seus resultados é que constroem a identidade de qualquer instituição”, acrescentou.

O conselheiro presidente assinalou que o Tribunal de Contas de Mato Grosso tem avançado bastante nessa direção ao longo dos últimos dez anos, graças ao perfil empreendedor e determinado dos conselheiros que o administraram, em particular, José Carlos Novelli e Antonio Joaquim. Contudo, ele observou que “devemos reforçar a nossa determinação pela melhoria contínua”. Outro fator determinante para o êxito do planejamento estratégico, na opinião dele, tem sido a unidade do Colegiado, pois quando se trata dos objetivos estratégicos a convergência de propósitos suplanta as divergências. Como resultado dessa harmonia, as duas primeiras etapas do planejamento foram integralmente cumpridas, fazendo da continuidade uma grande conquista para a instituição.

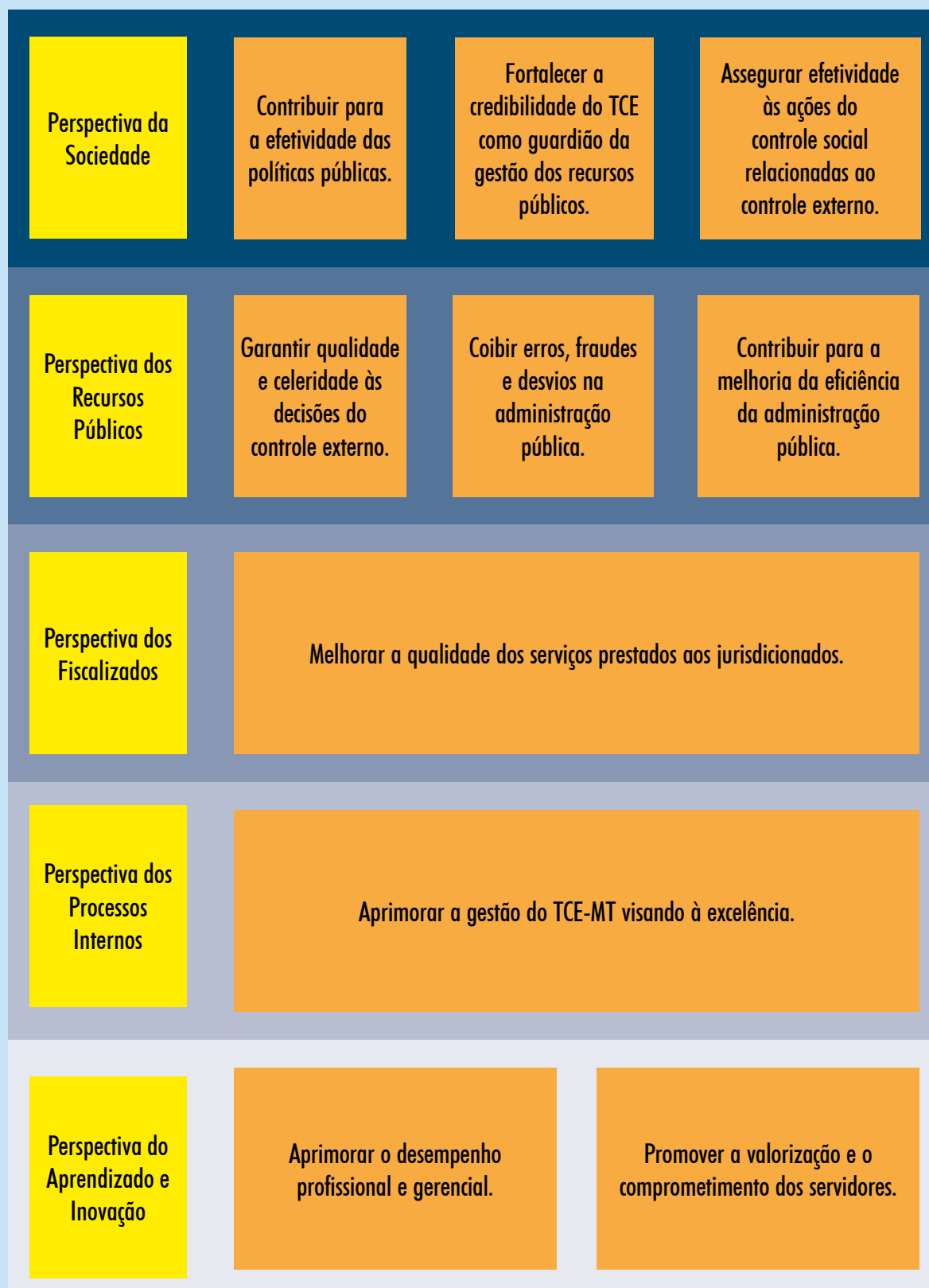
O presidente esclareceu que no biênio será executada a terceira etapa do plano elaborado para o período 2005/2011. “Objetivamente, esse planejamento se traduz, na prática, no controle concomitante dos atos de gestão. Isso exigirá tanto dos conselheiros quanto dos profissionais de controle externo conhecimento amplo sobre as normas da administração pública, capacidade técnica, celeridade, coerência e sabedoria. Por esse motivo, a capacitação temática dos profissionais e membros do Tribunal será uma das prioridades da gestão. Da minha parte e da equipe de assessores haverá empenho absoluto na execução de cada objetivo. Também estou confiante na disposição de todos os conselheiros e demais servidores em contribuir para a efetividade do controle externo”, afirmou Valter Albano.

vas de resultados da gestão são as melhores possíveis.

“Temos sentido que todos os líderes, sem exceção, estão motivados. O presidente do TCE tem a visão do todo e não apenas do controle externo. Além de ter amplo conhecimento das áreas da instituição, cada uma com suas especificidades, ele não vai deixar nenhuma delas sem o tratamento e o suporte necessários para a execução das metas e ações”, destaca Jaqueline.

O Plano Estratégico do TCE para o biênio 2010•2011 está disponível para download no site www.tce.mt.gov.br

Perspectivas e objetivos estratégicos





TCE determina a devolução de 7,7 milhões aos cofres públicos

Em 2009, o Tribunal de Contas de Mato Grosso determinou a devolução de R\$ 7,7 milhões aos cofres públicos, montante que corresponde a 243 mil Unidades Padrão Fiscal (UPF-MT). Isso porque foram constatados desvios de recursos públicos nas contas anuais de 2008, envolvendo constas de gestores estaduais e municipais. As devoluções impostas no último ano superaram em 91% os ressarcimentos de 2008, quando o TCE apreciou as contas anuais de 2007.

As devoluções impostas no último ano superaram em 91% os ressarcimentos de 2008

O crescente volume de devoluções (glosas) é atribuído, entre outros fatores, ao resultado do controle externo concomitante

já em curso no TCE e que será intensificado nos próximos dois anos. “Os atos de gestão são fiscalizados à medida que acontecem, ampliando o controle sobre o gasto público e a prevenção de irregularidades”, explica o conselheiro presidente Valter Albano.

Os ressarcimentos também foram impostos na apreciação de denúncias, representações internas e tomadas de contas que tramitaram no TCE nesse mesmo período.

Denúncias à Ouvidoria do TCE aumentam

A Ouvidoria do TCE de Mato Grosso registrou em 2009 um total de 1.206 chamados, que geraram 942 denúncias. Um aumento considerável, vez que, em 2008, 554 chamados foram registrados e 318 deles resultaram em processos de denúncias.

O aumento na procura pela Ouvidoria do Tribunal de Contas, segundo o conselheiro ouvidor-geral Alencar Soares, se deu pelo crescimento do volume de processos resultantes de denúncias julgados pelos conselheiros. Em 2009, 104 processos dessa natureza foram julgados pelo Pleno, volume cinco vezes superior ao apreciado no ano anterior.

“As denúncias encaminhadas trazem informações pertinentes e de maior qualidade, o

que diminuiu muito o número de chamados arquivados por improcedência. O cidadão tem cobrado mais dos gestores públicos e essa participação é muito importante”, analisa o ouvidor-geral.

Diversos canais facilitam o acesso do cidadão mato-grossense ao TCE, que pode registrar denúncias tanto pessoalmente quanto por e-mail (ouvidoria@tce.mt.gov.br), fax (65 3613-7524) ou gratuitamente pelo Disque-Denúncia 0800-6472011. Mais informações sobre a Ouvidoria do Tribunal de Contas podem ser obtidas no site www.tce.mt.gov.br/ouvidoria, onde o sistema Denúncia-Online também está disponível.

Procurador-geral de Contas
Gustavo Deshamps

Ações e metas do Ministério Público de Contas

O Ministério Público de Contas emitiu 7.718 pareceres, de um total de 13.391 processos tramitados no TCE de Mato Grosso de fevereiro a dezembro de 2008. Os procuradores ainda propuseram ao Pleno a abertura de 100 representações, dois recursos, um incidente de inconstitucionalidade e uma proposta administrativa.

A notificação dos gestores para a exclusão da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) da planilha de custo dos contratos firmados ou renovados pelas unidades gestoras a

partir de 2008 foi uma das representações propostas. Outra ação do MPC foi a proposta administrativa para incluir a acessibilidade como ponto de auditoria na fiscalização de obras e serviços de engenharia feitas pelo TCE.

“O plano de ação do Ministério Público, que tem o acompanhamento concomitante dos atos das unidades jurisdicionadas como foco, será apresentado em fevereiro”, disse o procurador-geral Gustavo Deschamps ao apresentar as metas da unidade para 2010.



ARTIGO

As seis faces da corrupção

Sem dúvida, a corrupção na esfera pública é algo que revolta e envergonha a grande maioria dos brasileiros. O fenômeno não é de hoje. Há registros de escândalos e propinas nas obras de fortificação do Rio de Janeiro em pleno Brasil-Colônia, no século XVIII. De igual modo, no Império e na República, nos períodos ditatoriais e democráticos. O fato é que ainda não se descobriu uma vacina totalmente eficaz contra esse mal.

No entanto, devemos combatê-lo. E para melhor combatê-lo, devemos conhecê-lo. Tenho observado que o debate público acerca da corrupção em nosso país muitas vezes não é esclarecedor, pois, de forma distorcida, é apresentada a ideia de que a corrupção se resume no personagem do “político corrupto” ou do “funcionário corrupto”. Nada mais ilusório.

Para vencer a corrupção, temos que encarar o problema sob todos os seus ângulos. Visualizo a corrupção como um cubo, a exemplo de um dado, com seis faces, em que apenas uma é visível de cima, mas que só se sustenta pela presença das demais.

A face mais visível da corrupção é evidentemente a dos políticos – parlamentares ou não – e dos funcionários de todos os Poderes e esferas da Administração Pública. Só que não existe corrupto sem corruptor. Se alguém recebeu propina, é porque alguém, igualmente criminoso, lhe pagou. Essa é a segunda face da corrupção, a dos empresários e corruptores.



Uma terceira face, igualmente importante, é a dos órgãos judiciais e de controle. Se atuassem com a agilidade e a severidade necessárias, a corrupção seria reduzida.

A quarta face é a da imprensa. Ainda que muitas vezes seja ela quem denuncia os escândalos, em outras tantas ela silencia, a mercê de interesses comerciais ou políticos.

A quinta e a sexta faces são as nossas, dos cidadãos brasileiros. Como eleitores, somos co-responsáveis pela qualidade dos dirigentes que escolhemos. Se insistimos em reeleger candidatos de probidade duvidosa ou de desonestidade comprovada, tornamo-nos cúmplices das irregularidades que vierem a ser praticadas. O eleitor alienado é a quinta face do dado.

Finalmente, a sexta face tem por nome a omissão. Para muitos de nós, a cidadania resume-se ao ato de votar e, eventualmente, resmungar contra os eleitos nos salões de barbearia ou nas filas de caixa eletrônico. Se tivéssemos maior participação, mobilização e organização, mesmo fora dos períodos eleitorais, os índices de corrupção cairiam bastante.

Para vencer essa luta, todas as seis faces da corrupção devem ser denunciadas e combatidas.

LUIZ HENRIQUE LIMA
é Auditor Substituto de Conselheiro do TCE-MT e Doutor em Planejamento Energético
luizhlima@tce.mt.gov.br

www.tce.mt.gov.br

Calendário de compromissos do Jurisdicionado 2010
Clique aqui e confira!

TCE julga 3,4 mil processos em 2009 e 20% das contas anuais foram reprovadas

Notícias do TCE / MT
15.01.10, 09:05
Presidente do TCE faz visita de cortesia à Defensoria Pública
15.01.10, 08:50
Resolução sobre Impostos pelo TCE
15.01.10, 10:24
Des-Contas (processo) mais de 2.300 obras públicas superfaturadas
15.01.10, 11:28
MPC emite mapa de 1.700 passagens no ano de 2009

Sessões Plenárias
sessões anteriores
TCE Notícias
mais TV
Vídeos Institucionais

Portal de Cidadania
Aqui você é o fiscal!

Portal do Jurisdicionado

A MELHOR FERRAMENTA PARA O CONTROLE DOS GASTOS PÚBLICOS.

Notícias, vídeos, transmissão ao vivo das sessões plenárias, íntegras das decisões e julgamentos. Acesse diariamente o site do TCE.

Tribunal de Contas
Mato Grosso
INSTRUMENTO DE CIDADANIA

Transparência e agilidade em tempo real.

Novo organograma fortalece área técnica do TCE-MT



Jaqueline Jacobsen,
secretária Geral da Presidência

O Tribunal de Contas implantou mudanças na estrutura organizacional para dar suporte à consolidação de avanços e à melhoria do controle externo.

Com esse objetivo, a antiga Secretaria de Coordenação Técnica se transformou na Secretaria Geral da Presidência, unidade que agora incorpora a supervisão do planejamento da instituição. Outro papel fundamental da unidade é o de articulação, atuando como porta-voz da Presidência do Tribunal, incluindo a interlocução com os poderes constituídos, órgãos públicos e organizações sociais.

Foi criada a Secretaria Geral de Controle Externo. A unidade, liderada pela auditora Risodalva

Beata de Castro, tem a importante tarefa de supervisionar as ações do Tribunal voltadas à melhoria da qualidade do controle externo.

As mudanças abrangem a transformação das coordenadorias de Controle de Obras e Serviços de Engenharia e de Controle de Atos de Pessoal em Secex. Com isso, conforme explica a secretária Geral da Presidência, Jaqueline Maria Jacobsen Marques, as duas unidades foram fortalecidas para que desempenhem, com qualidade ainda maior, o controle da aplicação de recursos públicos.

Outra novidade no organograma do TCE é a criação da Secretaria de Desenvolvimento Institucional, vinculada à Secretaria Geral de Controle Externo. A Procuradoria Consultiva passou a ser denominada Consultoria Jurídica Geral.

A secretária Geral da Presidência frisa, que as alterações no organograma representam uma das plataformas para que as metas traçadas pela gestão 2010/2011 sejam atingidas plenamente. “Todas essas novidades estão voltadas ao foco maior: o de alcançar os objetivos do Tribunal de Contas da melhor maneira possível, fazendo com que os trabalhos sejam melhor desempenhados e atingindo maior celeridade e efetividade enquanto instituição pública”, concluiu Jaqueline.



FICAM OS RESULTADOS.

O Calendário de Compromissos dos Jurisdicionados 2010 traz os prazos a serem cumpridos pelos gestores públicos durante o ano, como envio de documentos e informações ao TCE. O cumprimento de prazos garante mais agilidade e eficiência dos serviços prestados ao cidadão. Acesse o portal do TCE: www.tce.mt.gov.br e saiba mais.



Efetividade. Esse é o nosso compromisso.